

# Rio: idéias sobre educação

Márcio Moreira Alves \*

O Rio de Janeiro começa o ano letivo com os professores em greve. As secretarias de Educação do Estado e do Município consideram o movimento corporativista, desprovido de fundamento e partidário pelo PT. Ambos os governos argumentam com aumentos já concedidos e um plano de carreira à espera da abertura da Assembléia para ser apresentado. Um momento de confronto é bom para se indagar o que está em andamento no setor educacional aqui, em comparação com outros estados.

São Paulo tem um projeto de desenvolvimento próprio desde, pelo menos, 1936. O seu principal objetivo é consolidar e ampliar a liderança do estado sobre os demais membros da Federação, tendo como instrumento principal a reprodução da elite através de sua capacitação técnico-científica.

O primeiro líder deste projeto foi Armando Sales de Oliveira, o mais esclarecido chefe da revolução de 1932. Tudo indica que, embora não explicitassem as suas intenções, Armando Sales e a sua equipe conceberam a USP como a matriz de uma revanche contra o Brasil atrasado, que os havia derrotado militarmente. Ao longo de 55 anos o projeto foi perseguido com exemplar tenacidade e êxito.

A concentração de riquezas das últimas duas décadas sucateou o ensino público primário e secundário. O governador Fleury, produto desse ensino, percebeu que o estreitamento das bases de recrutamento das elites terminaria por colocar em risco o conjunto do projeto de hegemonia. Em consequência, colocou na Secretaria de Educação um gestor cultural de sucesso, Fernando Moraes, que produziu uma reforma educacional com características operativas empresariais. Ou seja: com cronogramas de implantação, orçamentos pré-determinados, metas quantitativas de treinamento de recursos humanos e contratos de gestão entre a secretaria e as escolas.

Em quase todos os estados há consciência da gravidade da destruição dos sistemas de ensino básico. Em alguns deles há medidas corretivas em curso.

O governador Leonel Brizola transformou o problema educacional no cen-

tro político da sua administração desde o seu primeiro mandato. Foi coerente com a sua herança gaúcha, positivista e republicana, e com a experiência vivida no comando do Rio Grande do Sul.

O governo do Rio de Janeiro não tem um projeto educacional nos moldes do de São Paulo. A professora Maria Yeda Linhares, Secretária de Educação, considera tecnocrática essa forma de planejamento. Tem idéias, algumas metas e um pequeno grupo de pessoas que dedicaram as suas vidas a melhoria do ensino público.

As metas iniciais são: trazer de volta às salas de aula o maior número possível de professores; reciclar o professorado; acabar em 1992 com as escolas de mais de 2 turnos e tentar eliminar o que o professor Sérgio Costa Ribeiro, do CNPq, chama de *pedagogia da repetência*. Em São Paulo a promoção do primeiro para o segundo ano é automática desde o governo Montoro.

A continuidade dos Cieps não é posta em dúvida, de vez que a equipe da Secretaria considera não ter a experiência suficiente tempo de aplicação para ser julgada. No governo Moreira Franco ela foi abandonada a nível estadual. Escolas comuns foram instaladas em alguns prédios, o que exigirá a construção de 90 salas de aulas para removê-las, outros 15 ficaram ocupados por flagelados pelas enchentes e um deles, em Petrópolis, chegou a ser transformado em caserna do Corpo de Bombeiros. O resultado é que apenas 32 Cieps funcionam plenamente.

As primeiras medidas para trazer os professores de volta às salas de aula já foram tomadas, apesar de intensa resistência corporativa. Foram extintos, com uma canetada, os NECs, núcleos de ensino comunitário, existentes em todos os municípios — só no Rio eram 10 — e que se haviam transformado em um cabide para alguns milhares de professores. O recenseamento foi feito meio na marra, com ameaça de demissão nos contracheques para quem não se apresentasse, dado que não se sabia do paradeiro de 8 mil dos 112 mil professores estaduais. Sobraram só 800, que se supõe terem abandonado os empregos ou morrido.

A cenoura veio com o bastão. Passou-se a pagar regências de turmas, o que em dezembro, representava 50.750 cruzeiros

sobre um salário básico inicial de 86 mil para os professores com apenas formação secundária.

Outra mudança foi a abolição das "contribuições voluntárias" cobradas por algumas diretoras de escolas pelas matrículas, o que levantou mais animosidades corporativas. Em escolas grandes, essa contribuição podia ir a dezenas de milhões de cruzeiros, que as diretoras recolhiam sem contabilidade ou prestação de contas.

A reciclagem dos professores é essencial para acabar com a *pedagogia da repetência*, que faz com que apenas 23% das crianças matriculadas na 1ª série cheguem a matricular-se na 8ª. Há um reprovamento no primeiro ano, com a repetência de 20% das crianças, e no segundo, quando 15% são reprovados. Isso se dá por desmotivação das professoras, por falta de conhecimento dos mecanismos de apreensão das crianças ou, até mesmo, por preconceito. Para que promover esse menino, se ele é pobre, é preto e não tem mesmo futuro na vida?

Há um projeto, conjugado com as universidades com sede no Rio, de criação de 21 centros de formação continuada, a partir de escolas-pólo. A parte de Física, Matemática e Biologia, coordenada pela UFRJ, já vem funcionando há algum tempo, financiada pela Fundação Vitae.

Em dezembro realizou-se um seminário piloto para 60 professores do interior do estado, a maioria do remoto Norte Fluminense, que passaram 14 dias hospedados no Colégio Sacré Coeur, na Tijuca. Cumpriram um intenso programa de conferências, grupos de estudos e discussões e, também, um programa cultural noturno. Alguns dos depoimentos são comoventes: "Dentro de mim nasceu uma vontade enorme de chegar no meu município, na minha escola, e começar a agir", escreveu uma professora. Houve uma que se limitou a confessar: "realizei um sonho — assisti a uma peça de teatro".

Emoção e empenho, há muito. Resta ver se o coração é mais eficiente do que a fria racionalidade dos paulistas. Nenhum membro da equipe diretora sabe informar com precisão o orçamento da Secretaria de Educação para 1992. Todos confiam em que Leonel Brizola não deixará faltar recursos para o seu projeto prioritário.